



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13629.001246/2002-33  
Recurso nº : 131.150

Recorrente : CONVAÇO CONSTRUTORA VALE DO AÇO LTDA.  
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

ANEXO - 2º CC

COM FERIA COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 05/05/06
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

### RESOLUÇÃO N° 204-00.179

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CONVAÇO CONSTRUTORA VALE DO AÇO LTDA.

RESOLVEM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da Relatora.**

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

*Nayra Bastos Manatta*  
Nayra Bastos Manatta  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos, Sandra Barbon Lewis e Adriene Maria de Miranda.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13629.001246/2002-33  
Recurso nº : 131.150

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2º CC

CONFERE COM O ORIGINAL

BRASÍLIA 05/05/06

VISTO

2º CC-MF  
FL

Recorrente : CONVAÇO CONSTRUTORA VALE DO AÇO LTDA.

### RELATÓRIO

Trata o presente processo de declaração de compensação protocolizada em 13/12/2002 na qual a contribuinte deseja ver compensada a Cofins e o PIS relativos aos períodos de novembro/02 com recolhimentos a maior efetuados a título do IRPJ referente ao exercício de 1995.

A Delegacia da Receita Federal em Coronel Fabriciano - MG não reconheceu o direito creditório argüido pela contribuinte por considerar decadente o pedido de restituição e, por conseguinte, não homologou as compensações efetuadas.

Em virtude da não homologação das compensações efetuadas, foram lavrados autos de infração do PIS e da Cofins, fls. 401/404 e 408/411.

Inconformada, a empresa manifestou-se argüindo como razões de defesa:

1. embora facultado no parágrafo 3º do art. 7º da Lei nº 9430/96, o seu pleito foi de compensação e não de restituição de saldo negativo de IRPJ, razão pela qual o óbice lançado na decisão recorrida é inexistente;
2. ainda que tivesse feito pedido de restituição, esta pretensão não estaria eivada pela decadência em virtude do disposto nos arts. 150, C/C art. 156, 165 e 168 do CTN, segundo os quais a decadência seria consumada após 5 anos contados da homologação tácita, que ocorre 5 anos após o pagamento; e
3. requer que seja julgado improcedente o indeferimento do seu pleito compensatório e, por consequência, insubstinentes os autos de infração.

A DRJ em Juiz de Fora - MG indeferiu a solicitação de compensação e julgou procedente os autos de infração, sob os mesmos argumentos da DRF em Coronel Fabriciano - MG.

A contribuinte foi cientificada em 20/05/2005 e apresentou, em 15/06/2005, recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes no qual reitera suas razões apresentadas na inicial.

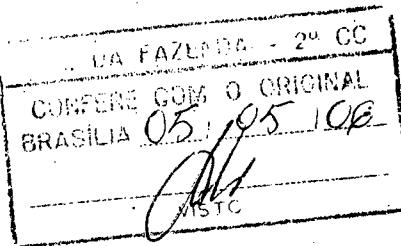
Foi apresentado arrolamento de bens conforme documento de fls. 460/447.

É o relatório. *W34. 11*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13629.001246/2002-33  
Recurso nº : 131.150



2º CC-MF  
Fl.

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
NAYRA BASTOS MANATTA

O recurso interpôsto encontra-se revestido das formalidades legais cabíveis merecendo ser apreciado.

Primeiramente é de se observar que neste processo está a se julgar o indeferimento de Declaração de Compensação formulada pela recorrente na qual compensou débitos do PIS e Cofins com créditos do IRPJ e dois autos de infração, um do PIS e outro da Cofins, lavrados em virtude da não homologação das referidas compensações pleiteadas e, frise-se, também objeto deste litígio.

Verifica-se, portanto que para que se possa decidir sobre os autos de infração relativos ao PIS e à Cofins é mister decidir primeiro o mérito acerca do pedido de compensação formulado cujos créditos usados para fazer frente aos débitos do PIS e da Cofins advém do IRPJ.

Neste aspecto algumas considerações merecem ser tecidas. A competência para decidir sobre lançamentos relativos ao PIS e à Cofins, segundo o Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes é do Segundo Conselho de Contribuintes, disto não resta dúvida.

Todavia, a competência para julgamento da lide versando sobre a restituição do IRPJ, segundo o Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF nº 55/98, com as alterações introduzidas pela Portaria MF nº 103, de 23/04/2002, estabeleceu como competência do Primeiro Conselho de Contribuintes o julgamento acerca de questão que envolve o IRPJ, ainda que diga respeito à restituição de tal tributo.

Assim sendo, como antes de se decidir a sorte dos autos de infração lavrados em virtude da não homologação do pedido de compensação é preciso que se decida a sorte da compensação, cuja competência é do Primeiro Conselho de Contribuintes, como já restou demonstrado, voto no sentido de declinar a competência para o julgamento deste recurso, no tocante à matéria versando sobre a compensação com créditos do IRPJ, e pelo seu encaminhamento ao Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes.

Após o julgamento da matéria versando sobre a compensação pelo Primeiro Conselho de Contribuintes, retornem-se os autos para este Conselho para que se prossiga no julgamento dos autos de infração do PIS e da Cofins.

É como voto.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2006.

NAYRA BASTOS MANATTA